

Observatório das Nacionalidades
Nationalities Observatory

Tensões Mundiais **World Tensions**

v. 14, n. 27
ISSN 1809-3124

POLÍTICAS PÚBLICAS 

Sociologia
PPGS // Universidade Estadual do Ceará

Ed
UECE

Fortaleza
2018

Expediente / Staff

Tensões Mundiais / World Tensions

Revista do Observatório das Nacionalidades

Nationalities Observatory Journal

v. 14 n. 27, jul.dez. 2018

1809-3124 (impresso) 1983-5744 (online)

Periodicidade: semestral

Tiragem: 200 exemplares

Editores

Mônica Dias Martins e Luis Gustavo Guerreiro

Co-editores:

Arnelle Rolim Peixoto e Luis Gustavo Guerreiro

Editores-Executivos

Natalia Monzon Montebello e Camila Alves da Costa

Corpo Editorial

Alana Aline Pinheiro, Angícia Gomes Pereira Mourão, César Weyne Batista de Souza, Emanuella Soares, Francisco Adjacy Farias, Natália Silvestre Domingos e Rosemary Galli

Revisão e Normalização

Angícia Gomes Pereira Mourão

Diagramação

Narcélio Lopes

Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades, v. 14 n. 27 (jul.dez. 2018). Fortaleza: EdUECE, 2005 (ano de fundação)

ISSN 1809-3124 (impresso) 1983-5744 (online)

Ciências Humanas e Sociais. 2. Nações e Nacionalismos.
3. Relações Internacionais. I. Observatório das Nacionalidades.
II Martins, Mônica Dias, ed.

Observatório das Nacionalidades
Universidade Estadual do Ceará – Campus do Itaperi
Prédio da Pós-Graduação em Educação
Av. Silas Munguba, 1700 – 1º andar – Itaperi
60740-000 – Fortaleza, CE – Brasil
Telefone: 55 85 3101-9908
www.revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais

História das ideias de um movimento camponês transnacional

PETER MICHAEL ROSSET

Resumo: Analisa-se como observador-participante a evolução do pensamento do movimento social camponês transnacional, a Via Campesina, nos últimos 25 anos, sobre os temas da reforma agrária e da defesa da terra e do território. As mudanças no mundo rural e na questão agrária, juntamente com os diálogos de saberes e as trocas de experiências no seio do movimento, geraram novas posições, estratégias de luta, consensos e dilemas.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Terra. Território. Movimentos Sociais. Via Campesina.



History of ideas in a transnational peasant movement

Abstract: The evolution over 25 years of the thinking on agrarian reform and defense of land and territory of the transnational peasant social movement, La Via Campesina, is analyzed from a participant observation perspective. The changes in the rural world and the agrarian question, together with the dialogues of knowledge and exchange of experiences inside the movement, have generated new positions, strategies of struggle, consensus and dilemmas.

Keywords: Agrarian Reform. Land. Territory. Social Movements. La Via Campesina.

PETER MICHAEL ROSSET

Doutor e professor do El Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR), Chiapas, México. Pesquisador visitante BPV-FUNCAP na UECE. Co-coordenador da Rede de Pesquisa-Ação sobre a Terra. Membro da equipe técnica da Via Campesina Internacional e da Campanha Global pela Reforma Agrária.
E-mail: proset@ecosur.mx

RECEBIDO EM: 23/03/2019

APROVADO EM: 23/04/2019

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 25 anos, ocorreram grandes mudanças na forma de pensar dos movimentos sociais rurais, com respeito à reforma agrária, à terra e ao território, especialmente no caso da Via Campesina (VC). Isto ficou particularmente evidente no “Seminário Internacional Reforma Agrária e Defesa da Terra e o Território no Século 21: o Desafio e o Futuro”, que a VC organizou, entre os dias 10 e 13 de julho de 2012, em Bukit Tinggi, na Sumatra Ocidental - Indonésia, e na “Conferência Internacional de Reforma Agrária”, realizada em Marabá, no Pará - Brasil, durante o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, nos dias 13 a 17 de abril de 2016, um evento fortemente marcado pelo poder do agronegócio e de seus aliados políticos e midiáticos.

O mundo está mudando, de modo que as lutas agrárias dos movimentos sociais rurais e suas visões sobre a reforma agrária, a terra e o território têm que mudar também, para não ficarem para trás. A evolução do seu pensamento produziu-se dialeticamente, primeiro, como resultado de transformações no mundo exterior e, segundo, com base na aprendizagem interna, no intercâmbio de experiências e nos diálogos de saberes que têm lugar dentro dos movimentos, à medida que interagem entre si e com o mundo. Enquanto os temas da reforma agrária, da terra e do território estão presentes há muito mais tempo (SOBHAN, 1993; ROSSET, 2006c; LIPTON, 2009), atualmente, quase três décadas de luta agrária se acumularam desde a fundação da VC como movimento social transnacional, que demonstra importantes aprendizagens (BORRAS JR., 2004; DESMARAIS, 2007; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010, 2011; ROSSET, 2013).

Neste artigo, uso vários fatos importantes que marcaram esta história de luta, para descrever e analisar a evolução do pensamento da VC ao longo dos anos. Início com um resumo do contexto atual da disputa territorial entre a capital e os povos, seguido por uma breve história do processo interno da VC sobre a terra e o território. Em seguida, passo para uma análise temática da evolução do pensamento, que considera a mudança de objetivo de luta, a questão da terra e do território, as ocupações da terra, a diversidade de atores populares na luta territorial (desde mulheres

e homens até camponeses, povos indígenas e pastores nômades), o tema da titulação da terra, o papel do Estado, a reivindicação de novos direitos e, finalmente, as diversas crises enfrentadas hoje.

2 CONTEXTO ATUAL

Nas últimas décadas, as políticas neoliberais — caracterizadas pela desregulamentação, pela privatização e pelo livre comércio — abriram novos caminhos para que o capital financeiro transnacional e as corporações transnacionais invistam em atividades econômicas, em zonas rurais do mundo. Além disso, o colapso das várias especulações contribuiu para que os investidores buscassem novas oportunidades de investimento e se interessassem pelos recursos naturais. Isso está gerando um novo *boom* de atividades extrativistas, incluindo cultivos de exportação, agrocombustíveis, mineração e plantações de monocultura industrial, resultando na apropriação de terras (GIRALDO, 2015), na acumulação por desapropriação (HARVEY, 2006; COMPOSTO; NAVARRO, 2014) e no que chamei de guerra por terra e território, feita pelo capital contra os povos rurais do mundo (ROSSET, 2009). Na maioria dos países, tanto no Norte como no Sul, as empresas nacionais foram parcial ou totalmente compradas por corporações transnacionais, assim como por bancos financeiros, e/ou experimentaram uma nova recapitalização com grandes empréstimos, que as tornaram “quase subsidiárias” de grandes financiadores transnacionais (ROSSET, 2009; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2016; GIRALDO, 2015).

A recente onda de investimento está colocando o agronegócio e os outros setores que exploram os recursos rurais em conflito direto e crescente com os camponeses e outras populações rurais (FERNANDES, 2008a, 2008b, 2009; ROSSET, 2009). A luta pode ser ilustrada de forma simplificada por dois extremos, em que cada lado representa um modelo diferente de desenvolvimento e modo de vida. Por um lado, a agricultura camponesa com um padrão tipicamente baseado em circuitos de produção e consumo curto e descentralizado, com fortes ligações entre a produção de alimento e os ecossistemas e as sociedades locais e regionais (VAN DER

PLOEG, 2010a, 2010b). Por outro lado, os agronegócios têm um padrão centralizado baseado em produtores corporativos de insumos, processadores e comercializadoras, com uma produção que está descontextualizada e não relacionada com as especificidades dos ecossistemas locais e das relações sociais (VAN DER PLOEG, 2010a, 2010b). Neste sistema, a produção e o consumo não estão vinculados nem no tempo nem no espaço, enquanto as corporações atuam em uma escala global, com alianças estratégicas entre fornecedores de insumos, processadores, comerciantes, redes de supermercados e bancos financeiros, para formar complexos ou impérios agroalimentares (VAN DER PLOEG, 2010a, 2010b).

Os movimentos sociais rurais constituídos por famílias camponesas, indígenas e outras populações rurais estão ativamente defendendo os espaços rurais, disputando com os agronegócios nacionais e transnacionais, como também com outros atores do setor privado e seus aliados nos governos. Nesta defesa, os movimentos sociais rurais se organizaram, cada vez mais, em alianças de movimentos e organizações transnacionais, cujo exemplo mais importante e maior é a VC (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010, 2011, 2014; ROSSET, 2013). A VC é uma constelação global de organizações e movimentos sociais de famílias camponesas, agricultores familiares, povos indígenas, camponeses sem terra e trabalhadores do campo, mulheres rurais e jovens rurais, que agrupam cerca de duzentos milhões de famílias em todo o mundo (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010, 2014).

Tanto o agronegócio (e os demais capitais extrativistas) quanto os movimentos sociais rurais estão tentando “re-territorializar” os espaços rurais, ou seja, reconfiguram em favor de seus interesses ou de sua própria visão. Enquanto o agronegócio busca a extração máxima de lucro, os movimentos sociais rurais buscam defender e (re)construir comunidades, o que tem sido chamado de “re-campanesinação” (VAN DER PLOEG, 2010a, 2010b; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2016). Portanto, essa luta não é apenas uma batalha de terras *per se* (território material), mas também uma batalha de ideias (território imaterial), como afirma Fernandes (2008a, 2008b, 2009).

O trabalho teórico de geógrafos críticos, no Brasil e em outros territórios disputados, ajuda a entender os conflitos territoriais entre camponeses e agronegócios (FERNANDES, 2009, 2008a, 2008b; HAESBAERT, 2011). Fernandes (2008a, 2008b), por exemplo, argumenta que as classes e as relações sociais geram diferentes territórios e espaços que são reproduzidos, sob condições de conflito contínuo; como resultado, existem espaços de dominação e espaços de resistência. As disputas territoriais são realizadas na dimensão econômica, social, política, cultural, teórica e ideológica sobre territórios tanto materiais como imateriais (FERNANDES, 2009).

A disputa por territórios materiais refere-se à luta pelo acesso, controle, uso e (re)configuração da terra e do território físico, que consiste em comunidades, infraestrutura, solo, água, biodiversidade, ar, montanhas, vales, planícies, rios, costas e etc. Os resultados nos extremos opostos desse tipo de disputa podem ser vistos, por um lado, como uma paisagem formada por um mosaico ou matriz de roças camponesas diversificadas e entrelaçadas com bosques comunitários e, por outro lado, como uma zona desprovida de famílias, árvores e outra biodiversidade, dedicadas a grandes plantações de monoculturas de exportação baseadas em mão de obra contratada, no lugar de famílias camponesas.

Para Fernandes (2009), o território imaterial refere-se ao terreno de ideias ou construções teóricas. Ele considera que não há territórios materiais que não estejam associados a territórios imateriais; portanto, a disputa por territórios tangíveis e reais, assim como por seus recursos, anda necessariamente de mãos dadas com a disputa de ideias ou territórios imateriais. As disputas sobre territórios imateriais estão caracterizadas pela formulação e pela defesa de conceitos, teorias, paradigmas e explicações, em que todos são usados para convencer os outros. Em outras palavras, o poder para interpretar e determinar a definição e o conteúdo dos conceitos é, em si mesmo, um território em disputa (FERNANDES, 2009). Finalmente, posso concluir que a questão agrária mudou, assim como as lutas dos povos rurais que buscam defender sua terra e seu território (KAY, 2018; FERNANDES, 2008a).

3 O PROCESSO NA VIA CAMPESINA

Diante da guerra por terra e território e as mudanças na questão agrária, produtos da nova onda do capital, os movimentos sociais rurais, em particular a VC, passaram por um processo de reavaliação de seu pensamento, suas estratégias e suas táticas referentes aos temas da terra e do território. Em junho de 2013, a VC comemorou, durante sua IV Conferência Internacional, realizada em Jacarta, na Indonésia, seus 20 anos de luta agrária em 70 países. Ao longo de 2012, a VC realizou seminários internos temáticos com participação internacional para preparar a conferência, os quais serviram como espaços de aprendizagem, reflexão coletiva, análise da realidade no mundo atual e atualização de visões, posições e planos de ação que abordam as questões centrais de sua luta (por exemplo, a reforma agrária, políticas públicas para a soberania alimentar, agroecologia, mulheres e gênero, jovens, e etc.) O Seminário Internacional em Bukit Tinggi fez parte desta série de seminários e foi organizado pela Campanha Global pela Reforma Agrária (CGRA), um espaço coordenado pela VC com a participação da *Food First Information and Action Network* (FIAN) e da Rede de Pesquisa-Ação sobre a Terra (LRAN). Nos debates que ocorreram nesta reunião, ficou muito claro que, atualmente, as visões dentro do movimento social sobre a reforma agrária são muito diferentes do que as que existiam nos primeiros anos da VC.

Em uma seção especial de um número do *Journal of Peasant Studies*, dedicado ao CGRA (ROSSET, 2013), publiquei um ensaio de Shalmali Guttal que destaca tanto o encontro de Bukit Tinggi como outros eventos importantes anteriores, que ocorreram em Porto Alegre, Brasil (2006),¹ e Nyéléni, em Mali (2011).² Um exemplo foi o Fórum “Terra, Território e Dignidade”, realizado em 2006, em Porto Alegre (Brasil), que marcou um importante ponto de virada na ampliação da visão da VC sobre reforma agrária, assim como sobre defesa da terra e do território, enquanto o evento em Mali

1 Declaração final disponível em: <http://www.agter.asso.fr/IMG/pdf/Forum_SC_IPC_es.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

2 Declaração final disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/reforma-agraria-mainmenu-36/1254-idetengamos-el-acaparamiento-de-tierras-ya>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

concentrou-se na apropriação de terras. Como a conjuntura está mudando tão rapidamente, a VC reuniu-se novamente em 2016, na Conferência Internacional de Reforma Agrária, em Marabá, Brasil (MST, 2016). Alguns dos novos elementos inicialmente percebidos em Bukit Tinggi se viram mais cristalizados em Marabá, três anos depois. A fim de estabelecer as bases para extrair algumas conclusões específicas desses eventos, bem como o papel de longa data da CGRA, faço uma breve revisão da história do movimento.

4 A EVOLUÇÃO DA VIA CAMPESINA DESDE 1992

A ideia da VC surgiu em uma reunião de líderes dos setores camponeses da América Central, Caribe, Europa, Estados Unidos e Canadá, realizada em abril de 1992, em Manágua, Nicarágua. Nessa reunião, os líderes das organizações camponesas e agricultores familiares identificaram as políticas neoliberais impostas pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) como condição para as negociações externas e para a liberalização do comércio que estava sendo realizada, através das negociações do Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio (GATT, na sigla em inglês). Essas IFIs também foram percebidas como forças que estavam levando os camponeses e os produtores familiares à beira da extinção, que seria inevitável a menos que os agricultores pudessem se unir internacionalmente para lutar contra tais políticas.

Um ano depois, em Mons, na Bélgica, líderes camponeses de vários continentes fundaram formalmente a VC e apontaram o modelo produtivista da agricultura e a criminalização do protesto social como outros elementos agravantes da situação dos camponeses e produtores familiares (MONS..., 1993). Enquanto o GATT logo se tornou a Organização Mundial do Comércio (OMC), em muitos países, os alimentos baratos importados inundaram os mercados nacionais, minando a capacidade do camponês local ganhar a vida. Tratava-se de importações cujo baixo custo era o resultado do pagamento de preços ainda mais baixos aos agricultores, nos grandes países agroexportadores, situação que criou as condições objetivas para estabelecer uma luta conjunta entre os camponeses do Sul e os agricultores familiares do Norte (ROSSET, 2006a).

As reformas agrárias de décadas anteriores, tanto reformistas como revolucionárias, revertiam-se por meio de contrarreformas lideradas pelo Banco Mundial e seus programas de administração e titulação de terras. Esses programas foram projetados para criar mercados de terras funcionais para atrair investimentos para zonas rurais, o que, de forma inevitável, levaria à reconcentração de terra. Mesmo quando o Banco Mundial disfarçou essa privatização de terras públicas e comunais como uma “reforma agrária assistida pelo mercado” os efeitos prejudicaram os interesses dos camponeses (BORRAS JR., 2006; ROSSET, 2006b; 2006c).

Em 1999, a VC estava pronta para declarar guerra virtual à OMC em Seattle (ROSSET, 2006a) e, simultaneamente, tornar as políticas fundiárias do Banco Mundial o alvo de suas ações. Naquele ano, a VC criou a CGRA, com a ONG internacional FIAN como sócia, em apoio às lutas pela terra e pela reforma agrária no mundo (VÍA CAMPESINA; FIAN, 1999; BORRAS JR., 2008). Posteriormente, a CGRA se juntou a um terceiro sócio, a LРАН, para colaborar com a pesquisa e a análise.³ A CGRA foi criada para apoiar as lutas existentes pela reforma agrária e para promover novas iniciativas sobre o tema, para realizar ações internacionais de *lobby* e solidariedade, assim como para promover diálogos (por exemplo, com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, em sua sigla em inglês) e/ou protestos contra as instituições internacionais (por exemplo, contra o Banco Mundial), responsáveis pelas questões fundiárias. Outro elemento chave foi e continua sendo o estabelecimento de uma rede de emergência para responder às situações de violações, concretas ou iminentes, dos direitos humanos dos camponeses que lutam pela terra.

Uma das primeiras ações do CGRA foi convocar o Primeiro Encontro Internacional de Camponeses Sem Terra, em julho de 2000, em San Pedro Sula, Honduras (DECLARATION..., 2000). As discussões da reunião centraram-se na dicotomia entre a “reforma agrária” e os mecanismos de mercado promovidos pelo Banco Mundial; na reforma agrária, entendida como uma “obrigação do Estado” derivada do direito à alimentação; na igualdade de gênero,

3 Mais informações disponíveis em: <<http://www.landaction.org>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

tanto em relação aos direitos da terra quanto no que se refere aos papéis de mulheres e homens dentro do próprio movimento.

Mais tarde, naquele mesmo ano, a VC realizou sua III Conferência Internacional em Bangalore, em que se fez a primeira análise detalhada sobre o que se entendia por soberania alimentar (LVC, 2000a) e por reforma agrária (LVC, 2000b). A VC fez uma análise tanto das mais restritas reformas agrárias do passado, capitalistas ou burguesas, como daquelas desenvolvidas pelos governos socialistas, destacando as limitações de ambos e a situação ainda mais desfavorável dos países que não se beneficiaram de nenhum deles. Além disso, observou-se um aumento significativo da desapropriação de terras como resultado de uma década de políticas neoliberais.

No documento de Bangalore (LVC, 2000b), a reforma agrária foi definida como um amplo processo de distribuição da propriedade da terra e com ênfase nas parcelas familiares individuais. Em contrapartida, renunciando o que posteriormente a VC chamaria de reforma agrária integral ou genuína, argumentou-se que a distribuição da terra por si só não seria suficiente para garantir o bem-estar das famílias camponesas e, portanto, a reforma agrária teria que incluir importantes mudanças no marco geral da política dirigida à agricultura camponesa (comércio, crédito, seguro agrícola, educação, acesso democrático a água e sementes, etc.). Assim, pela primeira vez, a reforma agrária foi articulada à construção da soberania alimentar, o novo paradigma que lançou a VC na III Conferência. Em outras palavras, a terra deveria ser distribuída para produzir alimento para a população, em vez de bens de exportação para a economia global. Em termos estratégicos, a reforma agrária não foi conceituada nem promovida como uma luta exclusiva de camponeses, mas sim como uma solução para muitos problemas sociais maiores (ROSSET, 2006c).

A VC é, em si mesma, um local de encontro de diferentes culturas e visões do mundo rural, incluindo indígenas e não indígenas, agricultores, camponeses e trabalhadores agrícolas, do leste ao oeste, do norte ao sul. Com o passar do tempo, as diferenças relativas a essa diversidade levaram ao confronto e ao debate, geralmente resolvidos em amplas visões e construções

coletivas na evolução. O encontro com outras culturas e atores rurais fora da VC também afetou profundamente tanto o modo de pensar como as visões que se tem no movimento social camponês. Talvez, a reunião mais importante tenha acontecido em março de 2006, em Porto Alegre, Brasil, durante o fórum “Terra, Território e Dignidade”, que foi convocado pela VC e outras organizações da sociedade civil global, nos dias imediatamente anteriores à Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), sob os auspícios da FAO com a presença dos Estados-membros.

A reunião em Porto Alegre foi a primeira vez em que a VC realmente interagiu e dialogou com atores que não eram (e não são) camponeses, mas que compartilhavam (e compartilham) os territórios rurais que estavam (e estão) em disputa pela reforma agrária e pela defesa da terra e do território. Vale a pena destacar que houve reunião da VC com grupos de pastores nômades, pescadores artesanais e povos indígenas. A análise coletiva realizada incluiu um chamado para reinventar a reforma agrária, a partir de uma perspectiva territorial, de maneira que a distribuição da terra aos camponeses não significaria mais o truncamento dos direitos dos pastores para as pastagens sazonais, dos pescadores artesanais nas áreas de pesca e dos moradores da floresta a áreas florestais. Em Porto Alegre, também houve uma ênfase persistente nas obrigações dos Estados e na reivindicação das ocupações de terra como ferramenta de luta.

Finalmente, Porto Alegre é importante, porque, em 08 de março de 2006, milhares de camponesas brasileiras que faziam parte da VC realizaram a primeira ação massiva contra a apropriação de terras – ironicamente antes que o conceito “apropriação de terras” ou *land grabbing* se tornasse comum para descrever as aquisições de terras em grande escala. As mulheres destruíram centenas de milhares de mudas de eucalipto plantadas em estufas pela empresa Aracruz, produtora de celulose para papel, com o objetivo de serem transplantadas em um “deserto verde”, fazendo com que grandes extensões de terra estivessem ocupadas e fora

do alcance dos camponeses sem terra.⁴ Com essa ação, as mulheres desencadearam um dos primeiros grandes protestos contra os custos humanos e ecológicos de plantações agroindustriais e de apropriação de terras. Dessa forma, estabeleceu-se firmemente a liderança das mulheres rurais na defesa da terra e do território e foi provocado um debate sobre o significado de “violência” e “não violência” no contexto dos movimentos sociais.

Quando os meios massivos de comunicação e o governo estadual acusaram-lhes de realizar atos violentos e “terroristas” (KUBÍK MANO, 2014), elas responderam que tanto elas como os membros da VC estavam comprometidos com a ação direta de não violência e esclareceram que a ação direta não violenta poderia incluir a ocupação e/ou destruição da propriedade privada das corporações transnacionais, mas não a violência contra as pessoas. Elas também perguntaram, com ênfase, o que representaria uma maior “violência”: arrancar mudas de uma espécie de árvore, quando usada em plantações de monoculturas que destroem o solo, ou privar milhares de mulheres rurais do acesso à terra que elas necessitam para alimentar suas famílias, propagando, portanto, a “violência silenciosa” da fome?

O Fórum Social Mundial que ocorreu em Dakar, no Senegal, em 2011, tem especial importância na defesa da terra e do território, devido ao *Llamamiento de Dakar contra el Acaparamiento de Tierras*,⁵ uma declaração emitida por muitas organizações da sociedade civil que estavam presentes na ocasião, incluindo a VC. Embora, muitas pessoas da VC argumentem que a apropriação de terras não é um fenômeno novo,⁶ não há dúvidas de que o fluxo de capital financeiro para as zonas rurais, descrito pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil (MST, 2014), está propiciando uma recente onda de apropriação

4 Mais informações disponíveis em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/biodiversity-and-genetic-resourcesmainmenu-37/100-la-Vía-campesina-women-occupy-a-farm-in-south-brazil>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

5 Mais informações disponíveis em: <<http://www.petitiononline.com/dakares/petition.html>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

6 Cf. o testemunho da líder agrária indonésia Indra Lubis, em Rosset (2013).

de terras, que rapidamente passou a representar uma das mais significativas ameaças contemporâneas para os camponeses e os povos indígenas em todo o mundo.

Em novembro de 2011, a VC organizou a *Conferencia Internacional contra el Acaparamiento de Tierras*, que teve lugar em Nyéléni, no Mali.⁷ Recentemente, não apenas o agronegócio foi (re)capitalizado, mas também outras indústrias extrativistas e/ou de apropriação de terras, incluindo a mineira, a de construção de represas e obras de infraestrutura e a do turismo, as quais exercem cada vez mais pressão sobre os territórios camponeses e indígenas. O recente aumento da apropriação de terras e a resposta da VC e de outros movimentos sociais estão entre as mudanças mais significativas ocorridas nos últimos 20 anos de luta.

A Coordenação Europeia da VC (Eurovía) destacou outra grande nova “descoberta”: a apropriação de terras não é apenas um fenômeno do Sul, pois também está aumentando no Norte (ROSSET, 2013). Isso reflete o fato de que a especulação imobiliária na Europa e na América do Norte, entre outras questões relacionadas com a terra, tornou o acesso à terra praticamente impossível para os jovens e outros novos agricultores, de modo que se necessita urgentemente de uma reforma agrária no Norte, além daquela do Sul (SOC; LVC, 2010).

5 PRINCIPAIS MUDANÇAS NO MODO DE PENSAR

O evento de 2012, que ocorreu em Bukit Tinggi, e o de Marabá, em 2016, foram oportunidades para refletir sobre mudanças e repensar a reforma agrária para o século XXI à luz delas. Neste tópico, destaco e sintetizo algumas das principais transformações que ocorreram na VC com relação à visão sobre a reforma agrária e a defesa da terra e do território, com base na minha própria experiência de observador-participante.

⁷ Essa conferência é analisada no ensaio de Shalmali Guttal, em Rosset (2013).

5.1 A EVOLUÇÃO DO OBJETIVO DA LUTA

Nas primeiras etapas da luta agrária que levaram à fundação da VC, o objetivo era apenas conseguir um pedaço de terra, qualquer terra, para usá-la como meio de produção. No entanto, esse objetivo começou a evoluir rapidamente de várias maneiras. As más experiências após conseguir a terra – como a impossibilidade de permanecer nela, devido aos baixos preços das colheitas e ao ambiente econômico adverso para a agricultura camponesa – fizeram, quase desde o início, com que a VC pedisse uma “verdadeira reforma agrária integral”, em que o acesso à terra deveria estar acompanhado por políticas e programas de apoio à agricultura camponesa. Esse pensamento foi o suficiente para localizar a reforma agrária no contexto da construção da soberania alimentar (ROSSET, 2006c). No seu Programa Agrário, o MST (2014) destaca esse último aspecto da disputa contemporânea pela terra entre camponeses e o agronegócio. Enquanto os camponeses demandam terras para produzir alimento para a população brasileira, o agronegócio quer terra para produzir agrocombustíveis e exportar mercadorias.

Além disso, uma grande transformação no modo de pensar da VC tem sido, talvez, a maneira pela qual o movimento aprendeu, cada vez mais, a pensar em termos de território. Esse processo ficou evidente no II Encontro Internacional dos “Sem Terras”, que a VC realizou em 2002, no marco do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nessa reunião, os líderes da VC pertencentes às organizações dos povos indígenas desafiaram a VC e a CGRA a expandir sua visão compartilhada sobre as questões agrárias, para incluir a perspectiva indígena de território, em vez de pensar apenas na terra em si. Nas palavras do líder veterano agrário Faustino Torrez, da Nicarágua, que foi profundamente afetado por este debate:

O território expressa a identidade de um povo, é o lugar onde os antepassados viveram e ainda vivem, significa conhecimento e sabedoria, memória histórica e direito ao usufruto de recursos comunais que, propriamente falando, pertencem à Mãe Terra (ROSSET, 2013, p. 764).

De fato, muitos dos movimentos dentro da VC, e não apenas os povos indígenas da América Latina, tiveram, por muito tempo, uma perspectiva territorial. Os camponeses indonésios descritos pela líder agrária Indra Lubis (ROSSET, 2013) e os camponeses negros sem terra da África Austral, cujas terras foram roubadas pelos colonizadores europeus, não querem apenas um pedaço de terra a qualquer preço, mas querem, especificamente, recuperar os seus territórios ancestrais. Isso tem marcado cada vez mais a perspectiva ampliada da luta agrária dentro da VC, em que se começou a pensar e a falar sobre território progressivamente.

No Fórum “Terra, Território e Dignidade”, realizado em 2006, em Porto Alegre, antes da CIRADR, essa visão ampliada se materializou na declaração do fórum, que se refere ao aumento das ameaças aos territórios que ainda estão nas mãos dos povos indígenas e camponeses. Desde então, a CGRA convocou a “reforma agrária e a defesa da terra e do território”. Recentemente, tanto os povos indígenas da VC como os que não pertencem a esse movimento têm defendido o “bom viver” (em harmonia com os outros e com a Mãe Terra), um chamado que tem ecoado nos discursos da VC, como ressalta Shalmali Guttal (ROSSET, 2013).

5.2 TERRA E TERRITÓRIO: PARA QUÊ?

A crescente preocupação com a Mãe Terra dentro da VC repercutiu no questionamento: por que queremos terra e território e como os usamos? Enquanto muitas organizações, nos primeiros anos de luta, exigiram mais créditos, agroquímicos e maquinário para os camponeses, atualmente, as organizações membros da VC pensam nisso como cada vez menos apropriado (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2011).

Tipicamente, os movimentos agrários que conseguiram conquistar terra através de ocupações e/ou reformas agrárias estaduais conseguiram terras degradadas, de baixa qualidade, terras em que a compactação e degradação do solo era de tal maneira que os fertilizantes químicos tinham pouco impacto na produtividade. Esta é uma terra que só pode ser restaurada por meio de práticas agroecológicas, a fim de recuperar a matéria

orgânica do solo, sua fertilidade e sua biodiversidade funcional. Além disso, muitos membros dos movimentos agrários da VC, como o MST, começaram a interrogar o que significaria trazer “o modelo do agronegócio para dentro da nossa casa”. Esse questionamento refere-se à tendência natural dos camponeses sem terra, que antes eram trabalhadores agrícolas do agronegócio ou das grandes fazendas latifundiárias, de copiar o modelo dominante de produção tecnológica, ao adquirirem sua própria terra.

Com o benefício gradual da elaboração dessa lógica e as experiências difíceis ao tentar competir com o agronegócio sob suas regras, de acordo com as quais quem ganha a competição é quem tem mais acesso ao capital – que evidentemente não são os camponeses que adquiriram terras recentemente –, o movimento pode afirmar hoje que, com base na série de encontros de agroecologia da VC nos últimos 10 anos, quase todas as organizações agora promovem uma mistura de agroecologia e agricultura camponesa tradicional no lugar da Revolução Verde. Cresce rapidamente na VC o discurso de cultivar usando métodos que protegem a Mãe Terra assim como a saúde dos agricultores e dos consumidores; na mesma medida, aumenta a prática de recuperar o conhecimento tradicional agrícola e de fazer a transição para a agricultura agroecológica (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

A pergunta “terra e território para quê?” também tem outra resposta que é cada vez mais comum: terra e território para (re) construir e defender a comunidade. Conseguir o acesso à sua própria terra e/ou diversificar a produção fazem com que os jovens permaneçam na terra, que vários membros da família que migraram para a cidade retornem e se vinculem às atividades camponesas, na medida em que mais membros da família vinculam-se a atividades produtivas na terra e obtêm suas próprias fontes de renda, como também os espaços para a tomada de decisão. Esta reintegração à terra da extensa família camponesa atomizada pela modernização forçada no campo tem sido documentada, em casos de ocupações de terra e assentamentos de reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 2000) e nos casos de diversificação agroecológica como alternativa à monocultura em Cuba (MACHÍN SOSA *et al.*, 2010; ROSSET *et al.*, 2011). De forma semelhante, cada vez

mais, se discute como organizar o espaço físico em terras obtidas através de ocupações, de modo a favorecer a coesão da comunidade e a permanente mobilização política.⁸

5.3 SOBRE A “REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DE BAIXO”

Um problema persistente em relação à tática das ocupações de terras tem sido a atenção dos meios de comunicação, dos governos e da opinião pública nos exemplos de ocupações de terras viciadas, marcadas pela corrupção, nas quais os poderosos manipulam e, com frequência, pagam para que pessoas sem terra as ocupem, com a finalidade de intitulá-las e passá-las a um padrão detrás dos bastidores. Isso faz com que sejam deslegitimadas as ocupações de terra, ao permitir as chamadas “invasões”, que podem dificultar a mobilização do apoio da opinião pública para as ocupações “legítimas” e imaculadas das quais o movimento participa.⁹

De fato, somente quando o MST elevou a ocupação de terras ao nível de uma arte ou de uma ciência, com gente bem preparada tanto de maneira organizativa como ideológica,¹⁰ a imagem das ocupações de terra começou a mudar parcialmente. Essa mudança acompanhou a capacidade do movimento de eliminar as ocupações corruptas e, através de uma boa preparação das pessoas, manter taxas muito baixas de abandono de terras, depois do estabelecimento bem-sucedido de assentamentos da reforma agrária (FERNANDES, 2000).

O sucesso do MST tem sido amplamente documentado dentro da VC e sua metodologia se disseminou para além das fronteiras nacionais, em diferentes continentes por conta da troca de experiências. Indra Lubis, por exemplo, explica a importância contínua das ocupações de terra pela VC (ROSSET, 2013). Para ela, essa “reforma agrária a partir de baixo” é essencial para oferecer às pessoas as “pequenas vitórias” necessárias para manter seu compromisso com a luta mais ampla e é também a maneira mais

8 Cf. Bertolini e Carneiro (2012).

9 Cf. a discussão desse fenômeno na Guatemala, em Martínez Aniorte e Villagran García (2009).

10 Ver Rosset (2006b).

eficaz de pressionar governos para que estabeleçam leis de reforma agrária, que, de outra forma, vigoram sem que sejam aplicadas.

Com o tempo, expandiu-se o “inimigo” discursivo das organizações e o objeto das manifestações. Esse inimigo deixou de ser representado, principalmente, pelos latifundiários e passou a incluir o Banco Mundial, as corporações transnacionais e, finalmente, o capital financeiro internacional. No Brasil, por exemplo, nos últimos anos, a terra disponível para reforma agrária e, portanto, adequada para ser ocupada mudou drasticamente, devido ao resultado das recentes irrupções de capitalização do agronegócio.¹¹ Na medida em que as grandes propriedades de terras improdutivas se tornaram plataformas produtivas de exportação do agronegócio, o argumento utilizado historicamente na disputa pela opinião pública perdeu sua relevância. Não faz mais sentido argumentar sobre a injustiça fundamental de que a maioria da terra esteja nas mãos de poucos “que nem sequer a usam”, enquanto milhões que desesperadamente necessitam de terra não têm nada. Hoje, o MST está cada vez mais concentrado em ocupações de terras pertencentes ao agronegócio nacional e estrangeiro e argumenta, com força, sobre os benefícios que a agricultura camponesa, que produz alimentos sem agrotóxico, traz para a sociedade e para o meio ambiente. Essas práticas contrastam com os danos causados pelas monoculturas industriais em grande escala para exportação e para o agrocombustível (MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Isso se reflete na evolução geral do discurso da VC contra as Corporações Transnacionais (CTNs) e o capital financeiro, em favor dos benefícios tanto da agricultura camponesa como da agricultura familiar, para construir a soberania alimentar, cultivar alimentos saudáveis, desacelerar o aquecimento global (“esfriar o planeta”) e cuidar da Mãe Terra (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

O cume desse movimento ocorreu entre 2014 e 2016, na chamada reforma agrária popular (MST 2014; 2016). De acordo com essa nova visão, a reforma agrária clássica já não é mais possível. No passado, a reforma agrária foi alcançada em diferentes países, segundo o MST e a VC, porque o latifúndio era visto como um

11 Ver MST (2014).

impedimento ao desenvolvimento, por ser improdutivo. Os grandes proprietários de terra se dedicam à produção extensiva, de baixo investimento e, na maioria dos casos, sem usarem a metade de suas terras. Era uma injustiça evidente: muita terra em mão de poucos, que nem sequer eram produtivas, diante de milhões de famílias sem uma única parcela de terra (MST, 2014; 2016).

Isto permitiu uma aliança de classes em favor da reforma agrária, entre o camponês e o capital industrial nacional, para que os camponeses pudessem tornar produtivas as terras improdutivas do latifúndio e, assim, contribuir ao desenvolvimento econômico nacional. Eram reformas parciais e favoreciam aos interesses dos camponeses agricultores acima dos direitos dos pastores transumantes, dos povos da floresta e de outros habitantes rurais. Eram reformas incompletas e deficientes e as condições atuais fazem com que já não sejam viáveis essas alianças de classes, porque o capital financeiro está transformando o latifúndio improdutivo em agronegócio e em mineração. Sendo assim, não há argumento capitalista para a necessidade de fazer a reforma agrária e alcançar o desenvolvimento (MST, 2014; 2016).

O ideal da reforma agrária popular é um exemplo da disputa territorial, no plano imaterial das ideias (FERNANDES, 2008a, 2008b, 2009; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2016), e propaga que camponeses, povos indígenas, pastores, pescadores e outros setores populares do campo devem lutar juntos a favor dos territórios populares, onde se produzem alimentos saudáveis, em harmonia com a natureza, usando a agroecologia assim como as práticas e os conhecimentos populares e ancestrais. Alcançar essa reforma agrária também requer uma aliança de classes, mas não com um setor dos capitalistas nacionais. Pelo contrário, requer uma aliança entre os povos rurais e urbanos. Para construir esta aliança, é necessário produzir ecologicamente e mostrar que os territórios populares, alimentares e ecológicos são melhores para a sociedade e para a Mãe Terra do que os territórios do capital. Os territórios populares permitem a vida com dignidade, produzem alimentos saudáveis, cuidam dos recursos naturais como o solo, a água, as florestas e a biodiversidade e reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Os territórios de capital estão cheios de monoculturas

em grandes escalas, minas a céu aberto, pesticidas, transgênicos e resíduos tóxicos, gerando miséria, migração e aquecimento global (MST, 2014; 2016).

Observar os protestos aos agronegócios transnacionais apoiados pelo capital financeiro aumenta os riscos para as organizações-membros da VC. No caso do Brasil, o ataque aos proprietários de terras semifeudais trouxe repressão, sob a forma de assasinos de aluguel, bem como de juízes e policiais locais corruptos. Entretanto, ao observar as CTNs, cada vez mais, as forças de segurança privada e a polícia militarizada entram em ação, aumentando a criminalização jurídica da luta social e demonizando ainda mais o MST nos meios de comunicação. Em todo o mundo, as organizações da VC estão enfrentando, cada vez mais, esse intenso aumento de criminalização, repressão e estigmatização midiática.

5.4 TERRITÓRIO PARA QUEM?

A VC foi transformando na base do diálogo dos saberes interno e externo, com atores sociais que não são necessariamente camponeses, mas que compartilham os territórios rurais, incluindo trabalhadores sem terra, povos indígenas, pastores, moradores da floresta, população da costa e ribeirinhos – principalmente pescadores artesanais – e outros. Como consequência, evoluiu-se o pensamento sobre as formas convencionais de reforma agrária que, embora significasse o acesso à terra para os camponeses, sob certas condições e circunstâncias, também incluíam a perda dos direitos do uso dos povos rurais não sedentários, com os quais compartilhavam o território antes da distribuição da terra (JOIREMAN, 1996; LA VÍA CAMPESINA *et al.*, 2007). Na visão renovada, a reforma agrária deve considerar as necessidades de todos esses atores e deve ter mecanismos para garantir a coexistência pacífica, talvez modelada de acordo com os sistemas de uso tradicional da terra e recursos de propriedade comum. O desafio que permanece é o de como conseguir realizá-lo.

Uma questão relacionada a isso e que foi discutida em Bukit Tinggi é a necessidade de construir alianças em torno do tema sobre a terra, não só com outros povos rurais, mas também com

populações urbanas. As especulações financeiras que levam à apropriação de terras também provocam a especulação imobiliária urbana, a qual induz a expulsões massivas dos pobres nas cidades. Esta pode ser a base da solidariedade rural-urbana, agrícola-não agrícola e Norte-Sul, bem como a luta conjunta pelo que alguns nomeiam de “soberania sobre a terra”, amplamente definida como:

El derecho de los pueblos trabajadores de tener acceso efectivo a la tierra, así como control sobre su uso y su ocupación, y los beneficios obtenidos como resultado de dicho uso y ocupación. En este sentido, la tierra se entiende como recurso, territorio y paisaje [...]. Esto abarca las luchas de los movimientos indígenas, trabajadores rurales, pobladores urbanos y movimientos sociales del Norte y del Sur, que algunas veces han sido excluidos por las campañas tradicionales en pro de la reforma agraria (BORRAS JR.; FRANCO, 2012, [contra capa]).

Ainda que as primeiras declarações da VC tenham levado em conta as questões que vinculam as mulheres com os direitos à terra, como também sua liderança na luta pela terra e defesa do território, foi no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Gênero, organizado pela VC e pela CGRA em 2003, em Cochabamba, na Bolívia, que líderes camponeses (mulheres e homens) de 24 países tiveram a oportunidade de discutir sobre esses assuntos e de participar na construção coletiva de visões e processos (DECLARACIÓN..., 2003; MONSALVE SUÁREZ, 2006). Nessa ocasião, houve debates aprofundados sobre a discriminação contra a mulher em processos anteriores da reforma agrária e foi questionada a presença prejudicial do patriarcado dentro dos movimentos sociais para essa reforma. Desde então, essas questões têm sido centrais dentro da VC. Em 2008, no marco da V Conferência Internacional em Maputo (Moçambique), a VC reconheceu a persistência do patriarcado dentro do movimento:

[...] todas las formas de violencia que enfrentan las mujeres en nuestras sociedades – entre ellas la violencia física, la económica, la social, la machista, la de diferencias de poder, y la cultural – están también presentes en las comunidades rurales y por ende en nuestras organizaciones, y esto además de ser una enorme fuente de injusticia también limita el alcance de nuestras luchas. Reconocemos la relación íntima entre el capitalismo, el patriarcado, el machismo y el neoliberalismo en perjuicio a las campesinas del mundo. Nosotras, todos y todas, mujeres y hombres, de la Vía Campesina, nos comprometemos de forma responsable por construir nuevas y mejores relaciones humanas entre nosotros y nosotras, como parte necesaria de la construcción de las nuevas sociedades a las cuales aspiramos. Por esto en la V Conferencia tomamos la decisión de romper el silencio y lanzamos la Campaña de la Vía Campesina “Por el Fin de la Violencia Contra las Mujeres”. Nos comprometemos de nuevo y con mayor fuerza a la meta de alcanzar la compleja pero necesaria paridad de género real en todos los espacios e instancias de participación, análisis, debate y decisiones en la Vía Campesina, y fortaleceremos el intercambio, coordinación y solidaridad entre las mujeres de nuestras regiones [...]. Si no venceremos la violencia hacia las mujeres dentro de nuestro movimiento, no avanzaremos en nuestras luchas, y si no construimos nuevas relaciones de género, no podemos construir una nueva sociedad. (LVC, 2008a, [sem paginação]).¹²

O desafio foi de transformar o compromisso discursivo com a igualdade na luta para a realidade material da igualdade. No entanto, a visão das mulheres dentro da VC marcou significativamente o debate interno sobre a titulação de terras.

12 Mais informações disponíveis em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/587-declaracion-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

5.5 PROPRIEDADE INDIVIDUAL *VERSUS* PROPRIEDADE COMUM

*Yo pregunto a los presentes
si no se han puesto a pensar
que esta tierra es de nosotros
y no del que tenga más.*

*Yo pregunto si en la tierra
nunca habrá pensado usted
que si las manos son nuestras
es nuestro lo que nos den.*

*¡A desalambrar, a desalambrar!
que la tierra es nuestra,
tuya y de aquel,*

de Pedro, María, de Juan y José.

(A desalambrar, de Daniel Viglietti, em 1968)

A canção de protesto “A desalambrar” é, há décadas, o hino dos camponeses sem terra que derrubam as cercas e ocupam as terras de latifúndios da América Latina. No entanto, uma militante da reforma agrária na Argentina me comentou recentemente, num tom de ironia, que essa música é agora o *slogan* dos consórcios de investimento, que obtêm concessões para arrendar as terras e plantar monoculturas em grande escala, expulsando os camponeses. Seu comentário revela o estado do debate sobre direitos individuais de propriedade *versus* os direitos coletivos, situando no centro do debate a titulação de terras que ocorreu em Bukit Tinggi.

Historicamente, o debate sobre a titulação de terras dentro da VC foi conduzido por povos indígenas e mulheres. Ele foi influenciado pela herança positiva de certas formas de propriedade comum da terra, que resultaram de reformas agrárias anteriores (por exemplo, o sistema do ejido no México). Em suma, a princípio, o objetivo de muitas das lutas agrárias que hoje formam parte da VC era alcançar um pedaço de terra com um pedaço de papel (o título de propriedade), tipicamente em nome do chefe do lar. Isso foi apoiado pela legislação agrária em muitos países, que apenas exigia o nome e sobrenome do homem (DEERE; LEÓN, 2001). As mulheres que fazem parte da VC e as que não o fazem começaram a reclamar direitos iguais de propriedade, mas este clamor coincidiu com o impulso neoliberal dado pelo Banco Mundial para

a privatização e parcelamento da terra com títulos alienáveis – a mercantilização da terra. Desse modo, rapidamente, todo o tema dos títulos privados se problematizou dentro da VC, vindo à tona um debate que atingiu seu auge em 2003, em Cochabamba. Esse debate foi descrito da seguinte forma:

La consideración de este fenómeno llevó a algunas mujeres en Cochabamba a señalar que las reformas que reconocían y fortalecían los derechos de las mujeres a la tierra en estas circunstancias, lo hacían dentro del marco neoliberal de proteger y fortalecer los derechos individuales de propiedad, y en esa medida, representaban un avance dudoso o por lo menos, ambiguo. Para situar el problema claramente en contexto, ¿qué tan seguro puede ser el derecho individual de las mujeres a la tierra, cuando se establece en un contexto de privatización y de políticas de liberalización económica que ya han provocado que muchas familias y comunidades hayan sufrido el despojo y la enajenación de sus tierras? [...] La conexión entre los avances en el derecho de las mujeres a la tierra con aquellos del derecho individual de las mujeres a la propiedad privada, sigue siendo implícita, y es una idea que predomina en un gran número de políticas públicas, así como en el debate sobre género y tierra. La identificación del derecho de las mujeres a la tierra con el de la titulación individual de la tierra, ha sido intensamente cuestionada y debatida en el África subsahariana, tal vez más que en otras regiones, por cuanto algunos han visto en este asunto la intención de cambiar los sistemas consuetudinarios de tenencia de la tierra por los del mercado y la inversión extranjera [...] [mientras] en América Latina las contradicciones de los derechos de las mujeres a la tierra y a la propiedad, constituidos como derechos individuales, han sido cuestionadas principalmente por los pueblos indígenas. [...] La tensión entre los derechos de las mujeres y los derechos de los pueblos indígenas de conservar sus usos y costumbres tradicionales está todavía viva, aun cuando varios pasos se han dado para reconciliar la visión feminista con la indígena. Las mujeres indígenas han empezado a desafiar la construcción patriarcal de

sus sistemas normativos consuetudinarios, así como las estructuras de toma de decisiones de sus comunidades, señalando que son excluidas de estos procesos. [...] Los participantes en el seminario de Cochabamba defendieron las formas comunales de tenencia de la tierra, y quedó claro que esto no excluía promover también el derecho individual de las mujeres a la tierra, como un derecho personal y bajo condiciones de igualdad con los hombres. Por consiguiente, la pregunta ahora es cómo fortalecer el derecho de las mujeres a la tierra en el contexto de diferentes sistemas de tenencia de la tierra y no solamente como propiedad privada individual (MONSALVE SUÁREZ, 2006, p. 198).

Com o tempo, esses e outros debates similares (HERRERO; VILELLA, 2009) levaram a uma ênfase na demanda por títulos coletivos na VC. No entanto, o tema permanece mais aberto do que nunca, pois é debatido se para as mulheres são mais benéficos os títulos legais individuais (o que, para muitos, legitima a privatização da terra) ou se seria melhor defender os regimes de propriedade comum e/ou exigir títulos coletivos (o que implica ter que lutar contra o patriarcado, tanto na comunidade quanto na família). Há também a questão sobre qual é a melhor estratégia para a defesa coletiva contra a apropriação de terras:

La propiedad comunal en sus diversas modalidades contempladas por la ley puede convertirse en una importante herramienta para detener los esfuerzos neoliberales. Esta forma de propiedad puede ser un instrumento para contrarrestar la expansión del nuevo latifundio, y más ampliamente el mercado de tierras, si las organizaciones campesinas e indígenas la aprovechan hábilmente. (MONSALVE SUÁREZ, 2006, p. 199).

Ainda que a propriedade comunal seja vista como uma ferramenta de combate ao neoliberalismo no campo, em 2013, minha amiga argentina poderia argumentar que derrubar cercas na propriedade privada de pequena escala, na verdade, favorece às corporações de apropriação de terra.

Este tema refletiu o debate que houve em Bukit Tinggi, em 2012, na medida em que os participantes repetiram muitas discussões

anteriores sobre a titulação de terras, como a exigência unicamente do nome do homem nos títulos individuais, a demanda do nome da mulher ou de ambos. Uma delegada africana falou sobre como, atualmente, os títulos de terra comunitários realmente facilitam a ocupação de terras, citando exemplos específicos: “Con demasiada frecuencia todo lo que se requiere con un título comunitario es que emborrachen al líder (hombre) para que firme una concesión a largo plazo, lo cual conduce al desalojo de cientos de familias de sus tierras ancestrales”. Embora vários delegados tenham assinado que esse não seria um problema tão grave se fossem mulheres líderes, outro delegado comentou que, em muitos países, existem empresas intermediárias locais que se dedicam a consolidar títulos individuais de propriedade em grandes blocos e que podem ser concedidos aos investidores em grande quantidade.

Existe um número crescente de maneiras pelas quais a terra está sendo consolidada para os apropriadores de terras. Na Argentina, as *pools de siembra* são um exemplo ilustrativo (GROSSO *et al.*, 2010; GOLDFARB, 2012). Outro delegado comentou que: “Las corporaciones extranjeras no quieren regatear con miles de campesinos de manera individual, prefieren títulos comunales de un territorio, de manera que puedan acceder a todo con una sola negociación”. O foco do debate voltou-se para a natureza problemática de qualquer tipo de título legal, a menos que este proíba explicitamente vender ou alugar terra, assinar contratos de arrendamentos e permitir concessões. Como destaca Shalmali Guttal (ROSSET, 2013), os participantes finalmente foram capazes de concordar que o mais provável é que o ponto principal esteja em construir alguma forma de autodeterminação e controle autônomo sobre os territórios. No entanto, como fazê-lo em diferentes contextos continua sendo um tema em debate aberto.

5.6 UMA VISÃO DIFERENCIADA DA REFORMA AGRÁRIA LIDERADA PELO ESTADO

Pelo menos até 2006, em Porto Alegre, a VC e a CGRA seguiam firmes em sua convocação aos Estados para que assumissem a liderança da reforma agrária. Experiência recente em vários países

com governos “amigos dos camponeses” levou a uma interpretação mais precisa ou complexa. Casos como a reforma agrária via mercado, no Brasil, promovida pelo Banco Mundial e administrada por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores (ROSSET, 2006b), o ritmo lento da “reforma agrária” na Bolívia, a crescente decepção com Rafael Correa, no Equador, e as dificuldades iniciais da “guerra contra os latifúndios” na Venezuela (GASCÓN; MONTAGUT, 2010; ENRÍQUEZ, 2013) serviram para reforçar o argumento compartilhado de que, sem um movimento camponês poderoso e bem organizado, é ilusório que os governos, mesmo progressistas, avancem de forma significativa para uma reforma agrária redistributiva.

Este argumento foi reafirmado com os casos em que se alcançou um avanço real. No caso de Cuba, existe uma convicção comum de que o sucesso dos camponeses cubanos para alimentar a ilha através da agroecologia, após o colapso do Muro de Berlim (MACHÍN SOSA *et al.*, 2010; ROSSET *et al.*, 2011), foi o elemento principal para avançar a reforma agrária para as fases mais recentes. No Zimbábue, o alcance nacional e o nível de organização das ocupações de terra¹³ foram fundamentais para alcançar o que a VC considera a “reforma agrária” redistributiva mais significativa, em nível mundial, em décadas, embora não se trate de uma “reforma agrária integral”, por causa da escassez de créditos e de outras ajudas para os beneficiários (SCOONES *et al.*, 2010; CLIFFE *et al.*, 2011; MOYO, 2011). A conclusão geral, no entanto, é que nenhum Estado implementará uma “reforma agrária por cima” sem a pressão das ocupações de terras ou uma “reforma agrária por abaixo” (ROSSET, 2006b).

6 A REINVIDICAÇÃO DOS NOVOS DIREITOS

Um aspecto importante da luta da VC, desde sua fundação, tem sido a reivindicação de novos direitos (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010; MONSALVE SUÁREZ, 2013). A VC apresentou a soberania alimentar como um conceito superior ao da segurança

13 Cf. Elizabeth Mpfu, em Rosset (2013).

alimentar; aquele conceito vai além do “direito de alimentos” e reclama o direito da população rural de produzir, implicando as obrigações do Estado de proteger os mercados e de implementar a reforma agrária, para assim poder garantir esse direito (DESMARAIS, 2007; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010; 2011). Da mesma forma, a CGRA reivindicou o “direito à terra” como uma derivação do “direito à alimentação” e do “direito de poder se alimentar” (LVC; FIAN, 1999; BORRAS JR., 2008).

A adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2007, convenceu a VC de que se deveria buscar uma definição mais ampla dos direitos dos camponeses, dentro do sistema das Nações Unidas. Em 2008, no 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a VC realizou, em Yakarta (Indonésia), a Primeira Conferência Internacional sobre os Direitos dos Camponeses e a declaração dessa conferência inclui um apelo para a elaboração de uma convenção internacional sobre os direitos dos camponeses (LVC, 2008b).

Desde então, a VC elaborou um projeto de texto, com a ajuda dos funcionários das Nações Unidas solidários à causa,¹⁴ e fez um *lobby* agressivo em vários níveis.¹⁵ Em 27 de setembro de 2012, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou a Resolução A/HRC/21/L23, na qual se compromete em formar um grupo de trabalho intergovernamental com mandato para negociar, finalizar e submeter ao Conselho de Direitos Humanos um projeto de declaração das Nações Unidas sobre os direitos humanos dos camponeses e de outros trabalhadores rurais (EDELMAN; JAMES, 2011). A VC chamou a resolução como uma pequena, mas importante vitória no caminho ao pleno reconhecimento dos direitos dos camponeses, incluindo seu direito à terra e ao território.

Também, em 2012, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS, em sua sigla em inglês) da FAO encerrou as negociações intergovernamentais sobre as *Directrices Voluntarias sobre la Gobernanza Responsable de la Tenencia de la Tierra, la Pesca y*

14 Para saber mais, conferir o site: <<http://viacampesina.net/downloads/PDF/EN-3.pdf>>.

15 Cf. Edelman e James (2011).

los Bosques en el Contexto de la Seguridad Alimentaria Nacional. Este documento foi resultado de um processo extraordinário participativo, realizado através do Mecanismo da Sociedade Civil da FAO (MCKEON, 2013), embora o resultado tenha representado compromissos significativos com atores não pertencentes aos movimentos sociais (corporações transnacionais e governos). A finalização deste processo é vista como um passo para uma maior proteção do direito à alimentação e para o acesso aos recursos naturais, embora a VC e os seus aliados tenham advertido que “ainda há um longo caminho a percorrer antes que os direitos dos povos à terra, às áreas de pesca e às florestas sejam completamente reconhecidas e respeitadas”.¹⁶ A deficiência mais óbvia das diretrizes expressa-se na palavra “voluntária”. Em Bukit Tinggi, os participantes concordaram em omitir sempre esta palavra, simplesmente referindo-se como “as diretrizes”, já que “não temos nada que ganhar com a parte voluntária; lutaremos pelo seu compromisso como se fossem obrigatórios” (fala de delegado anônimo, em 2012). Em última análise, as diretrizes voluntárias podem finalmente estar sujeitas a diferentes interpretações, com base em estratégias políticas concorrentes, como explica Borras Jr., Barros e Wang (2013).

O tema dos direitos dos camponeses e das diretrizes podem ser entendidos de duas maneiras. A primeira leva em conta o fato de que as organizações-membro da VC sempre estão com ânsia de compromissos internacionais adicionais, que podem usar contra seus governos, nos debates de opinião pública sobre as lutas camponesas. A VC responde a esta demanda coletiva interna trabalhando para a obtenção de instrumentos adicionais em nível internacional. A segunda maneira de interpretar este compromisso institucional é à luz da discussão levantada por Martínez-Torres e Rosset (2010, 2011) sobre as relações e os compromissos diferenciados que a VC tem ou não com as diferentes instituições

16 Mais informações disponíveis em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/agrarian-reform-mainmenu-36/1239-civil-society-organizations-joint-reaction-to-the-guidelines-on-land-fisheries-and-forests>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

multilaterais. Estes estão divididos entre aqueles que não têm possibilidade de adotar uma perspectiva camponesa, de modo que a VC apenas expressa uma oposição firme aos organismos multilaterais (OMC, FMI, Banco Mundial), assim como protestos e denúncias, e aqueles que geralmente pertencem ao sistema das Nações Unidas, os quais, ao menos na teoria, poderiam ser democráticos em certos aspectos e com os quais a VC se engaja em diálogos, embora sob seus próprios termos (FAO, Conselho de Direitos Humanos, etc).

7 DOIS ACHADOS IMPORTANTES DE MARABÁ

Os delegados de organizações camponesas dos cinco continentes se reuniam no Brasil no exato momento em que as audiências do *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff estavam sendo televisionadas. Ficou claro que a grande mídia era um ator chave. Delegados brasileiros contaram como a TV Globo tinha rotineiramente demonizado o movimento camponês, justificando a repressão, e delegados de todo o mundo se envolveram em experiências semelhantes. Foram apresentados dados que mostravam investimentos interligados entre o capital financeiro, as corporações de mídia e as indústrias extrativistas, como o agronegócio e a mineração. Isto levou à seguinte reflexão na declaração final do encontro:

No atual período histórico somos testemunhas de uma aliança emergente entre o capital financeiro, as empresas transnacionais, o imperialismo, vastos setores dos estados nacionais (quase sem importar sua aparente 'ideologia'), em particular, porém não limitado a isto, os poderes judiciários e policiais, o setor privado do sistema agro-pesca-alimentar (agronegócio), da mineração, a construção, a exploração florestal, etc., ou seja, do extrativismo, e com os meios de comunicação. Em seu conjunto esta nova aliança impulsiona uma onda de privatização, grilagem e concentração de bens comuns e públicos, como a terra, a água, as florestas, as sementes, as áreas de pasto e de pesca, as áreas glaciais e territórios inteiros. Utilizam a financialização

e mercantilização de tudo, os tratados de livre comércio e o investimento, a corrupção de nossos políticos e elites, seu controle dos meios de comunicação e do sistema financeiro, e a concentração empresarial para conseguir seus objetivos. Ultimamente temos observado, com grande preocupação, como esta aliança em particular, e o capital em geral, já não toleram quase nenhuma mostra, menores que seja, de políticas minimamente independentes implementadas por governos democraticamente eleitos. Se converteram na força principal atrás da onda de golpes de estado, consumados ou em marcha, desde os golpes “técnicos,” “parlamentares,” “judiciários,” “suaves,” ou “brancos”, até os mais “duros,” que passam por cima da lei, das constituições e da vontade popular. Este é o caso do Brasil, onde estamos reunidos agora. Nós unimos nossas vozes às vozes do povo brasileiro, que luta para defender a democracia em seu conjunto, contra a tentativa ilegítima de golpe e para promover as reformas políticas necessárias para que a democracia saia do beco aparentemente sem saída onde se encontra atualmente. (MST, 2016, [sem paginação]).

Uma nova configuração de inimigos do campesinato tinha sido identificada e, no próximo período, a tarefa seria encontrar formas de combater este inimigo.

O outro achado significativo foi a confirmação ainda maior da centralidade do *território* na luta camponesa – tanto a *luta* pelo território, como a *construção* do território –, em vez de simplesmente da *terra*. Isso é resumido no final da declaração:

Nossos desafios: transformar a luta pela terra na luta pelo território, junto com a construção de um novo modelo produtivo, para a soberania alimentar, aprofundando a agroecologia mais autônoma, em base a nossos próprios recursos e insumos locais e o resgate de saberes ancestrais (MST, 2016, [sem paginação]).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo de mudança, os últimos 20 anos de luta agrária levaram a uma evolução no pensamento e na visão de movimentos como a VC, que estão comprometidos com a luta por terra e território. O mundo é diferente, com novas ondas de capitalização financeira do agronegócio e das indústrias extrativistas, as quais levam a uma renovada disputa territorial com o capital e sua ocupação de terras, uma disputa que ocorre tanto no plano material como no plano imaterial das disputas de ideias. Houve êxitos e fracassos da “reforma agrária desde cima” e “desde abaixo”, com as crises contemporâneas do sistema capitalista e o “financiamento” da natureza, etc. A VC, em particular, respondeu a essas mudanças com novas ideias, estratégias e táticas, como também evoluiu na resposta a suas próprias dinâmicas e diálogo de saberes internos, com relação a gênero, a cosmovisão e a preocupação pela Mãe Terra, entre outros (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014). Ao mesmo tempo, foram profundamente influenciados pelo encontro e diálogo com povos não camponeses, passando de um enfoque limitado sobre a terra para uma visão ampliada do território. Uma constante na luta tem sido o uso das ocupações de terra como uma tática, embora tenha mudado a delimitação do discurso para defender essa prática diante da opinião pública, pondo-se ênfase cada vez mais na soberania alimentar, no território, na alimentação saudável e na proteção da Mãe Terra, como argumentos a favor da reforma agrária e da agricultura camponesa agroecológica, agora denominada reforma agrária popular.

Existem debates que foram abertos, mas ainda não foram resolvidos; entre os mais importantes, está o referente à titulação de terras. Neste assunto, as preocupações das mulheres, dos povos indígenas e de outros povos rurais, bem como a crescente ameaça da apropriação de terras, exigem cada vez mais inovação, cooperação e criatividade por parte dos movimentos. De uma coisa é possível ter certeza: nas próximas décadas de luta, o mundo segue presenciando a mudança da forma de pensar dos movimentos, bem como das visões em relação à terra e ao território.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 202 - 226, 2012.

BORRAS JR., S. M. La Vía Campesina: an evolving transnational social movement. **TNI Briefing Series**, Amsterdam, n. 06, p. 01 - 32, 2004.

_____. The underlying assumptions, theory, and practice of neoliberal land policies. In: ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (eds.). **Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform**. Oakland: Food First Books, 2006. p. 99 - 128.

_____. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, New York, v. 8, n. 2 - 3, p. 258 - 289, 2008.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. A 'land sovereignty' alternative? Towards a peoples' counterenclosure. **TNI Agrarian Justice Programme Discussion Paper**, Amsterdam, p. 01 - 12, 2012. Disponível em: <https://www.tni.org/files/a_land_sovereignty_alternative_.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C.; WANG, C. The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views y strategies. **Globalizations**, Milton Park, v. 10, n. 1, p. 161-179, 2013.

CLIFFE, L. *et al.* An overview of fast track land reform in Zimbabwe: editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 38, n. 5, p. 907 - 938, 2011.

COMPOSTO, C.; NAVARRO, M. L. Claves de lectura para comprender despojo y las luchas por los bienes comunes naturales en América Latina. In: COMPOSTO, C.; NAVARRO, M. L. (eds.). **Territorios en disputa: despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina**. México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014. p. 33 - 75.

DECLARACIÓN de Cochabamba. In: SEMINARIO INTERNACIONAL "REFORMA AGRARIA Y GÉNERO". 2003, Cochabamba, Bolivia. **Anais...** Cochabamba, 2003. Disponível em: <http://www.movimientos.org/es/cloc/show_text.php%3Fkey%3D1659>. Acesso em: 07 abr. 2019.

DECLARATION International Meeting of Landless Peasants. San Pedro Sula, 2000. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/agrarian-reform-mainmenu-36/73-declaration-international-meeting-landless-in-san-pedro-sula-honduras>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **Empowering women: land and property rights in Latin America**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011.

DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina: globalization and the power of peasants**. Halifax: Fernwood Publishers, 2007.

EDELMAN, M.; JAMES, C. Peasants' rights and the UN system: quixotic struggle? Or emancipator idea whose time has come? **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 38, n. 1, p. 81 - 108, 2011.

ENRÍQUEZ, L. J. The paradoxes of Latin America's 'pink tide': Venezuela and the project of agrarian reform. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 40, n. 4, p. 611 - 638, 2013.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008a. p. 173 - 224.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (eds.) **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273 - 301.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (eds.) **Territórios e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GASCÓN, J.; MONTAGUT, X. (eds.) **Cambio de rumbo en las políticas agrarias latinoamericanas: Estado, movimientos sociales campesinos y soberanía alimentaria**. Barcelona: Icaria, 2010.

GIRALDO, O. F. Agroextractivismo y acaparamiento de tierras en América Latina: una lectura desde la ecología política. **Revista mexicana de sociología**, Coyoacán, v. 77, n. 4, p. 637 - 662, 2015.

GOLDFARB, L. The frontiers of genetically modified soya in Argentina: possession rights and new forms of land control and governance. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, 2., 2012, Ithaca, New York. **Annalles...** Ithaca: Cornell University, 2012.

GROSSO, S. *et al.* Impactos de los "pools de siembra" en la estructura social agraria: una aproximación a las transformaciones en los espacios centrales de la provincia de Santa Fe (Argentina). **Revista de Estudios Regionales y Mercado de Trabajo**, La Plata, v. 6, p. 115 - 138, 2010.

HAESBAERT, R. **El mito de la desterritorialización: del "fin de los territorios a la multiterritorialidad"**. México D.F.: Siglo Veintiuno, 2011.

HARVEY, D. La acumulación por desposesión. In: BUENO, C.; PÉREZ, N. M. **Espacios globales**. México D.F.: Universidad Iberoamericana, 2006. p. 2152.

HERRERO A.; VILELLA, M. (eds.). **Las mujeres alimentan al mundo:** soberanía alimentaria en defensa de la vida y el planeta. Barcelona: Entrepueblos, 2009.

JOIREMAN, S. F. The minefield of land reform: comments on the Eritrean land proclamation. **African Affairs**, Oxford, v. 95, n. 379, p. 269 - 285, 1996.

KAY, C. A questão agrária e a transformação rural neoliberal na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 01 - 13, 2018.

KUBÍK MANO, M. Cuando las mujeres son violentas: un análisis de los medios frente al protagonismo femenino. **Comunicación y Medios**, Santiago, v. 30, p. 201 - 213, 2014.

LA VÍA CAMPESINA *et al.* Agrarian reform in the context of food sovereignty, the right to food and cultural diversity: land, territory, and dignity. In: NIMMA, S. (ed.). **Right to food:** reforms and approaches. Hyderabad: ICAFI University Press, 2007. p. 34 - 73.

LIPTON, M. **Land reform in developing countries:** property rights and property wrongs. v. 9. Oxford: Routledge, 2009.

MACHÍN SOSA, B. *et al.* **Revolución agroecológica:** el movimiento de campesino a campesino de la ANAP en Cuba. Cuando el campesino ve, hace fe. La Habana: ANAP, La Vía Campesina, 2010. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/2010-04-14-rev-agro.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MARTÍNEZ ANIORTE, J.C.; VILLAGRAN GARCÍA, C. **Conflicto y uso de la tierra:** nuevas expresiones de la conflictividad agraria en Guatemala. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, Instituto de Transformación de Conflictos para la Paz en Guatemala (INTRAPAZ), 2009.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Territorios disputados: tierra, agroecología y recampesinización. Movimientos sociales rurales en Latinoamérica y agronegocio. In: CONFERENCE OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2012, San Francisco. **Annalles...**, San Francisco, 2012.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 37, n. 1, p. 149 - 175, 2010.

_____. Del conflicto de modelos para el mundo rural, emerge la Vía Campesina como movimiento social transnacional. **El Otro Derecho**, Bogotá, v. 44, p. 21 - 57, 2011.

_____. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 41, n. 6, p. 979 - 997, 2014.

MCKEON, N. "One does not sell the land upon which the people walk": land grabbing, transnational rural social movements y global governance. **Globalizations**, Milton Park, v. 10, n. 1, p. 105 - 122, 2013.

MONSALVE SUÁREZ, S. Gender and land. In: ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (eds.). **Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform**. Oakland: Food First Books, 2006. p. 192 - 207.

_____. The human rights framework in contemporary agrarian struggles. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 40, n. 1, p. 239 - 290, 2013.

MONS Declaration: The Vía Campesina follow-up to the Managua Declaration, [online] 1993. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/1-mons-1993-mainmenu-47>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MST – Movimimento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. **Programa Agrario del MST**. São Paulo: MST, 2014. Disponível em: <[http://www.alainet.org/images/CRI%20%20Cartilla%20Programa%20agrário%20del%20MST-%20dez13\(1\).pdf](http://www.alainet.org/images/CRI%20%20Cartilla%20Programa%20agrário%20del%20MST-%20dez13(1).pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. **Conferência internacional da Reforma Agrária lança declaração final**. São Paulo: MST, 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/25/declaracao-de-maraba.html>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MOYO, S. Three decades of agrarian reform in Zimbabwe. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 38, n. 3, p. 493 - 531, 2011.

ROSSET, P. M. **Food is different: why we must get the WTO out of agriculture**. Londres: Zed Books, 2006a.

_____. Alternatives: between the state above and the movement below. In: ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (eds.). **Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform**. Oakland: Food First Books, 2006b. p. 221 - 224.

_____. Moving forward: agrarian reform as a part of food sovereignty. In: ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (Eds.). **Promised Land: Competing Visions of Agrarian Reform**. Oakland: Food First Books, 2006c. p. 301 - 321.

_____. La guerra por la tierra y el territorio. COLOQUIO INTERNACIONAL IN MEMORIAM ANDRÉS AUBRY: PLANETA TIERRA, MOVIMIENTOS ANTISISTÉMICOS, 1., 2009, San Cristóbal de las Casas. **Annalles...** San Cristóbal de las Casas: CIDECIUNITIERRA, 2009. p. 159 - 175.

_____. Re-thinking agrarian reform, land and territory in La Vía Campesina. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 40, n. 4, p. 721 - 775, 2013.

ROSSET, P. M. *et al.* The *campesino-to-campesino* agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 38, n. 1, p. 161 - 191, 2011.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society**, Wolfville, v. 17, n. 3, p. 17, 2012.

_____. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, La Rioja, v. 25, n. 47, p. 275 - 299, 2016.

SCOONES, I. *et al.* **Zimbabwe's land reform**: myths and realities. Suffolk: Boydell & Brewer, 2010.

SOC – Sindicato de Obreros del Campo; LVC – La Vía Campesina. **Reforma agraria en Europa**. Almería: Sindicato de Obreros del Campo, 2010.

SOBHAN, R. **Agrarian reform and social transformation**: preconditions and development. London: Zed Books, 1993.

LVC – La Vía Campesina. **Food sovereignty and international trade**. Bangalore: [s.n.], 2000a.

_____. **The struggle for agrarian reform and social changes in the rural areas**. Bangalore: [s.n.], 2000b.

_____. Food Sovereignty now! Unity and struggle of the people! Declaration of Maputo. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF LA VÍA CAMPESINA, 5., 2008, Maputo. **Annalles...**, Maputo, [s.n.], 2008a. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/our-conferences-mainmenu-28/5-maputo-2008-mainmenu-68/declarations-mainmenu-70/600-declaration-of-maputo-v-international-conference-of-la-Viacampesina>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

_____. Final Declaration of International Conference on Peasants' Rights. **La Vía Campesina**, [online], 2008b. Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/human-rights-mainmenu-40/550-finaldeclaration-of-international-conference-on-peasants-rights>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

LVC – La Vía Campesina; FIAN - Food First Information and Action Network. **Campaña Global por la Reforma Agraria**. Tegucigalpa: LVC; FIAN, 1999.

VAN DER PLOEG, J. D. **Nuevos Campesinos**: Campesinos e Imperios Alimentarios. Madrid: Icaria, 2010a.

_____. The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. **Journal of Peasant Studies**, Abingdon-on-Thames, v. 37, n. 1, p. 01 - 30, 2010b.